ZERO HORA

Publicado em 01/11/2022 - 05:54

Moraes ordena ação imediata da polícia para acabar com bloqueios

Moraes determina que PRF remova bloqueios de estradas

Autoridades chegaram a registrar mais de 230 interrupções feitas por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro no país

Desde domingo, após a oficialização da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) começaram a bloquear rodovias pelo país. Alguns pediam a intervenção militar. Ao menos 21 Estados enfrentaram bloqueios.

No RS, foram mais de 60 interrupções em vias federais e estaduais. Até 18h43min, havia 236 pontos de interdições no país, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Em Porto Alegre, manifestantes queimaram pneus na Avenida Assis Brasil, e fecharam momentaneamente a via na parte da tarde.

À noite, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, determinou que a PRF e polícias militares removessem imediatamente todos os bloqueios. A decisão atendeu pedido da Confederação Nacional dos Transportes e do vice-procurador geral eleitoral, Paulo Gonet.

Moraes alertou que o diretor-geral da PRF, Silvinei Vasques, pode ser multado e afastado do cargo. "Em face da apontada omissão e inércia da PRF, o diretor-geral da PRF adote, imediatamente, todas as medidas necessárias para a desobstrução", acrescentou, "sob pena de multa horária, de caráter pessoal, de R$ 100 mil", bem como "se for o caso, de afastamento das funções e prisão em flagrante de crime de desobediência".

Durante o dia, a PRF acionou a Advocacia-Geral da União (AGU) para que o órgão buscasse instrumento junto à Justiça Federal para facilitar a liberação. Inicialmente, a AGU destacou que a PRF poderia atuar nos bloqueios "sem demandar autorização judicial".

Pouco antes da decisão de Moraes ser divulgada, a PRF no RS anunciou que obteve liminar via AGU determinando a liberação das rodovias federais no Estado, sendo obrigatório o imediato cumprimento por parte dos manifestantes. A decisão prevê multa de R$ 10 mil por pessoa física e de R$ 100 mil por pessoa jurídica. Outros Estados receberam decisões similares. No início da noite, o coordenador-geral de comunicação da PRF, Cristiano Vasconcellos, havia dito que a direção da corporação expediu ordem interna para agentes liberarem todos bloqueios.

À tarde, o Ministério Público Federal havia ordenado que a PRF informasse, em até 24 horas, as medidas adotadas para desmobilizar os bloqueios. Vídeos em redes sociais mostraram agentes da PRF dizendo a manifestantes que a ordem da instituição era só permanecer nos locais de bloqueios. Em imagem gravada em Palhoça (SC), um policial diz:

– A única ordem que temos é estar aqui com vocês, só isso.

Em outro vídeo, um agente da PRF declara que, se houver determinação judicial, pedirá "orientações" aos manifestantes. Consultada, a PRF informou que "adotou todas as providências para o retorno da normalidade do fluxo". Alguns manifestantes diziam que não sairiam enquanto não houvesse declaração de Bolsonaro sobre a eleição. A presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, cobrou o presidente:

– São bloqueios políticos (...). Quem é o presidente nesse momento é Jair Messias Bolsonaro. A responsabilidade sobre isso é dele.

JEFFERSON BOTEGA

Avenida Assis Brasil, em Porto Alegre, foi um dos pontos onde houve queima de pneus e parada do trânsito

Líderes criticam os atos

Líderes de caminhoneiros criticaram os bloqueios. O presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, diz que a entidade é contra os bloqueios:

– A Abcam não concorda com essa situação. Ficar parado nessas horas, ainda mais no final do mês, complica o nosso trabalho.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL) emitiu nota em que garantiu "defender a democracia" e "respeitar o resultado soberano das urnas".

– Vivenciamos uma ação antidemocrática de alguns segmentos que não representam a categoria dos caminhoneiros autônomos – diz o diretor da CNTTL, o caminhoneiro autônomo de Ijuí, Carlos Alberto Dahmer.

Opinião semelhante tem o presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, conhecido com Chorão:

– Fico muito triste de muitas pessoas usarem o nome dos caminhoneiros. Não luto e nunca vou lutar contra a democracia.

Segundo Chorão, a categoria entregou as pautas do setor aos presidenciáveis e seguirá a interlocução com o novo governo eleito.

"Desconhecidas"

Plínio Dias, diretor-presidente do Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC), também se posicionou e declarou que não havia indícios de paralisação ampla de caminhoneiros autônomos.

– Vi alguns vídeos e são pessoas desconhecidas e acho que também nem são caminhoneiros.

A Federação dos Caminhoneiros Autônomos do RS (Fecam-RS) afirmou que não iria se manifestar.

SUA SEGURANÇA

HUMBERTO TREZZI
humberto.trezzi@zerohora.com.br

ESTA COLUNA CONTÉM INFORMAÇÃO E OPINIÃO

Por que os militares não interferem?

Tenho sido questionado por que os militares não desbloqueiam as rodovias.

A primeira razão alegada por eles é que isso é missão das polícias rodoviárias Federal e estaduais. Estão certos. Acontece que a PRF, domingo, se mobilizou para evitar tráfego de veículos em más condições (e parou muitos ônibus com eleitores, o que fez a oposição dizer que era manobra para beneficiar Bolsonaro). Já após o resultado das eleições, bloqueios de caminhoneiros foram montados e não foram removidos. A oposição vê nisso um "cruzar de braços" dos policiais rodoviários.

Forças Armadas podem atuar em patrulhamento nas ruas. No dia da eleição, fizeram missão de Garantia de Votação e Apuração, em locais de clima político instável. No caso dos bloqueios, poderiam executar missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), aplicadas quando há distúrbios de rua, greves de policiais, e outras situações. Existem ainda duas medidas excepcionais. Uma é o Estado de Defesa, decretado pelo presidente da República e que precisa ser aprovado pelo Congresso. Pode acarretar em restrição do direito de reunião e do sigilo telefônico, entre outras ações. E há o Estado de Sítio, que o presidente pode decretar, mediante aprovação do Congresso. Permite impor toque de recolher, restrição a deslocamentos e poderes excepcionais aos militares. Lógico que nenhuma das medidas excepcionais está no horizonte dos fardados. O máximo que se fala é em GLO, mas a missão precisa ser solicitada por algum governador e aprovada pelo presidente. Resta saber se Bolsonaro tem interesse em desbloquear as rodovias.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Pagina:** 12 e 13

Copyright © Clipclap 2025.